

Porto Velho, 08 de Abril de 2015.

AO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL/RO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E OBRAS - CPLO

Sr. NORMAM VIRÍSSIMO DA SILVA

M.D PRESIDENTE CPLO/SUPEL/RO

Senhor Presidente,

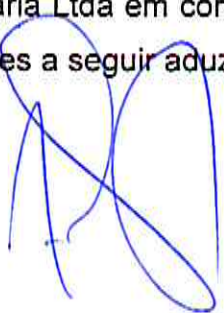
Ref: RDC Eletrônica nº 017/2014/SUPEL/RO

Processo Administrativo nº 01.1301.00365-00/2014/SEPLAN/RO

ESCALA ENGENHARIA LTDA, neste ato representado por seu sócio administrador Antonio Figueiredo de Lima, participante do certame em tela vem respeitosamente à vossa presença com fulcro na legislação que reje esta licitação e no edital ao qual se vincula, interpor o presente.

RECURSO ADMINISTRATIVO.

Com efeito suspensivo, contra a decisão desta comissão que classificou e aceitou a proposta comercial e a documentação de Habilitação considerando habilitada a empresa Paulo Machado Engenharia Ltda em consorcio com Cosatel construções , Saneamento e Energia Ltda., pelas razões a seguir aduzidas, a saber:



Av. Calama, Nº 1118 – Bairro Olaria – Sala 105
CEP. 76.801-308- Fone (69) 3224-4845 Fax (69) 3224-4813,
Porto Velho/RO - escala@escalaenge.com.br

1. DA NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO DA DECISÃO DESTA COMISSÃO DE ACEITAR E CLASSIFICAR A PROPOSTA COMERCIAL DA EMPRESA PAULO MACHADO ENGENHARIA LTDA EM CONSORCIO COM COSATEL CONSTRUÇÕES , SANEAMENTO E ENERGIA LTDA.

Ao apresentar seus preços unitários pelos quais se propõe executar a obra objeto desta licitação, a empresa Paulo Machado Engenharia Ltda, em consorcio com Cosatel construções , Saneamento e Energia Ltda. compõe estes preços conforme as CPU (composição de preços unitários) apresentados em anexo à sua proposta, onde o componente “preço da mão de obra” utilizada está, na sua totalidade, **abaixo do piso salarial vigente da categoria em Rondônia**; cometendo aí uma ilegalidade, pois é proibido pela legislação trabalhista vigente, o **pagamento de salários com valores abaixo do piso salarial da categoria**.

Deve, portanto ser desclassificada a proposta comercial da empresa Paulo Machado Engenharia Ltda, por ter sido elaborada infringindo normas jurídicas vigentes.

2. DA NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO DA DECISÃO DESSA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE CONSIDERAR HABILITADA A EMPRESA PAULO MACHADO ENGENHARIA LTDA EM CONSORCIO COM COSATEL CONSTRUÇÕES SANEAMENTO E ENERGIA LTDA.EM FACE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.

2.1.Do não Atingimento dos Quantitativos Mínimos Exigidos pelo Edital Para Fins de Comprovação da Capacitação Técnica da Empresa

O edital que estabelece os procedimentos e normas que regem esta licitação, e ao qual devem estar vinculados os critérios de análise e julgamento da mesma, são claros, precisos e objetivos, isto até mesmo em atendimento aos princípios legais vigentes.



O item 11 do edital estabelece o que será exigido para que o interessado seja considerado habilitado na licitação. Vejamos, pois, o teor do item 11 e sub item 11.1.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa à:

11.1.1 Habilitação Jurídica;

11.1.2 Qualificação econômico-financeira;

11.1.3 Regularidade fiscal;

11.1.4 Regularidade trabalhista;

11.1.5 Qualificação técnica e

11.1.6 Documentação complementar.

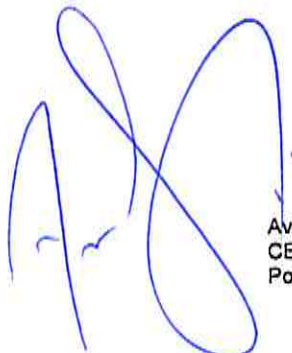
O sub item 11.1.5 estabelece a documentação que deve ser apresentada no volume "Documentação para Habilitação" relativa à Qualificação Técnica, para que a empresa, atendendo tal exigência seja considerada habilitada.

Registramos aqui, que por erro material, no edital, o item "Documentos relativos à Qualificação Técnica que está localizado na página 21 de 80 do edital, está numerado como sendo o Sub item 11.6. Vejamos, portanto, o teor dos sub itens 11.6.2 e 11.6.4 (exigência para os responsáveis técnicos e para as empresas, respectivamente:

11.6. Documentos relativos à Qualificação Técnica:

11.6.2. Acervo técnico do profissional(is) indicado(s) na Comprovação de Registro da licitante, por execução de obras ou serviços, de características semelhantes ao objeto da licitação, que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico pela obra; (conforme descrito termo de Referencia Anexo I item 14.1.2 deste edital), comprovando ter executado obra compatíveis com a natureza do objeto desta licitação

11.6.3.....



11.6.4 Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA/CAU ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, comprovando que a licitante executou, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta licitação, e que façam referência às parcelas de maior relevância, de forma clara e precisa na forma do Item 14 sub item 14.1.1.1 do Termo de Referência.

Vejamos o que está estabelecido de forma clara e precisa no item 14 e sub item 14.1.1.1 do Termo de Referência, anexo do edital, **para o qual o edital remete o julgador e o vincula para sua análise e julgamento:**

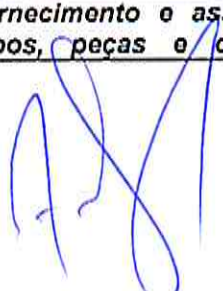
14 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES

14.1. A licitante deverá apresentar documentação que comprove sua qualificação técnica para execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, conforme descrito a seguir:

14.1.1 Da capacitação técnico-operacional

14.1.1.1 Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, comprovando que a licitante executou, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta licitação, e que façam referência às parcelas de maior relevância, de forma clara e precisa, com as seguintes características mínimas:

TERRAPLENAGEM	Reaterro de valas	m³	17.996,00
	Escavação mecânica de valas em solo	m³	13.883,00
SUPERESTRUTURA	Estrutura de concreto armado igual ou superior a Fck 25 MPA	m³	114,00
	Reservatório em concreto armado com reservação igual ou superior a 500 m³	un	1,00
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E LIGAÇÕES DOMICILIARES	Fornecimento e instalação de tubo em PVC PBA JE DN 50 a 100 mm	m	20.425,00
	Fornecimento e instalação de tubo em PVC DEFOFO JE DN 150 a 300 mm	m	8.983,00
	Fornecimento e assentamento de tubos, peças e conexões para	un	1.000,00



	<i>Ligações Domiciliares, tipo kit cavalete, em PEAD de 1/2" com hidrômetro de 1/2"x 3 m³/h.</i>		
--	--	--	--

14.1.1.1 A empresa deverá apresentar no mínimo 01 (um), para comprovar cada item isoladamente. Os atestados poderão ser apresentados da seguinte maneira:

- Um atestado para cada item exigido ou;
- Atestado que contenha um ou mais itens exigidos.

A empresa Paulo Machado Engenharia Ltda. em consorcio com Cosatel construções , Saneamento e Energia Ltda. não apresentou na sua documentação de habilitação (documentos relativos à qualificação técnica), a totalidade dos Atestados de Capacidade Técnica Operacional exigida no item 11.6.4 do edital, na forma do estabelecido no item 14.1.1.1 e 14.1.1.2 do Termo de Referencia, particularmente nos serviços e quantidades mínima lá estabelecidas, sendo eles:

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E LIGAÇÕES DOMICILIARES	<i>Fornecimento e instalação de tubo em PVC PBA JE DN 50 a 100 mm</i>	<i>m</i>	20.425,00
	<i>Fornecimento e instalação de tubo em PVC DEFOFO JE DN 150 a 300 mm</i>	<i>m</i>	8.983,00
	<i>Fornecimento e assentamento de tubos, peças e conexões para Ligações Domiciliares, tipo kit cavalete, em PEAD de 1/2" com hidrômetro de 1/2"x 3 m³/h.</i>	<i>un</i>	1.000,00

É taxativa e conclusiva a informação originaria da Coordenadora da Secretaria do Gabinete do Governo, Srª Iacira Terezinha Rodrigues de Azamor (pag. 1333 do processo em questão), quando atendo a solicitação desta CPL/SUPEL, informa que "o consórcio formado pelas empresas Paulo Machado Engenharia Ltda e Cosatel Construções, Saneamento e Energia Ltda não atende as exigências técnicas do previsto no edital". Por ai já se tem a demonstração cabal do não

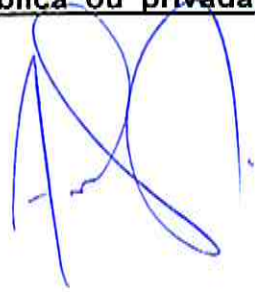
atendimento ao edital, pela empresa Paulo Machado Engenharia Ltda/Cosatel Construções, Saneamento e Energia Ltda.

Por outro lado, o parecer técnico assinado pelos engenheiros Prince Pereira Costa e Flavia Aparecida Mina traz evidente erro aritmético, posto que, na realidade ao somar os quantitativos de Rede de Distribuição de Água e Ligações Domiciliares - Fornecimento e instalação de tubo em PVC DEFOFO JE DN 150 a 300 mm nas CAT apresentadas, onde aqueles técnicos, erroneamente, chegaram a um total de 7.491,8 m (83,4%) **chega-se a um total apenas 4.417 m(49,17%)** ! Ou seja, ainda que se considerassem os 83,4% seria imperiosa a inabilitação do Consórcio. Mas aqui a questão é mais evidente, caindo por terra qualquer eventual alegação de proporcionalidade, devendo ser ressaltado que não existe nas CATs apresentadas nenhum quantitativo maior que este!

2.2.Da Não Apresentação do Atestado de Capacidade Técnica com Relação ao item em Discussão

Ademais, nem mesmo se pode aceitar a comprovação dos 4.417 m, posto que o edital é claro ao exigir que a comprovação deverá se dar a partir da apresentação do **Atestado de Capacidade Técnica emitida por pessoa jurídica de direito publico ou privado comprovando que a empresa licitante executou a contento serviços(item 11.6.4 do edital, parcial)**, ao passo que o documento do qual estamos falando trata-se, na verdade, de uma Certidão de Acervo Técnico, tratando de documentos distintos e para fins distintos, posto que a Certidão de Acervo Técnico diz respeito ao **profissional e não comprova a capacidade técnica da empresa.**

Impende esclarecer que a Certidão de Acervo Técnico – CAT, funciona como REGISTRO do Atestado emitido pela entidade publica ou privada e **NÃO** tem poder de indicar se os trabalhos foram concluídos em tempo hábil ou foram executados atendendo as normas técnicas exigidas. **Apenas a pessoa jurídica contratante emitente do atestado (entidade publica ou privada), na condição de fiscal do contrato e dos**



serviços, pode atestar a capacidade em termos de quantidade, qualidade e prazo de execução dos mesmos.

São dois documentos distintos, sendo que um Atesta a Capacidade Técnica (Atestado ou Certidão) e deve ser firmado pela contratante (o edital exige que seja pessoa jurídica), ao passo que o outro, Certidão de Acervo Técnico apenas comprova que tais serviços, *tenham saído a contento ou não*, foram devidamente registrados à margem do acervo técnico do profissional.

A Lei não encerra termos inúteis. E também assim é o Edital. Veja-se que o edital é expresso quando exige:

11.6. Documentos relativos à Qualificação Técnica:

(..)

11.6.4 Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA/CAU ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, comprovando que a licitante executou, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta licitação, e que façam referência às parcelas de maior relevância, de forma clara e precisa na forma do Item 14 sub item 14.1.1.1 do Termo de Referência.

Veja-se que o edital utiliza o termo **ACOMPANHADO**, o que já deixa imune a qualquer questionamento a necessidade de que sejam apresentados os dois documentos.

Obviamente após esta constatação, mais evidente fica a informação da Coordenadora da Secretaria do Gabinete do Governo, Srª Iacira Terezinha Rdrigues de Azamor e mais evidente ainda a necessidade da inabilitação do consocio Paulo Machado Engenharia Ltda e Cosatel Construções, Saneamento e Energia Ltda.

A respeito do parecer técnico emitido pelo Engº Francisco Everaldo Sousa Ferreira, que agora deve se basear em um quantitativo do item em questão de apenas



4.417m (49,17%) e não 7.491,88 m (83,4%), deve ser considerado que FOFO (ferro dutil) em contra ponto com o PVC DEFOFO JE são procedimentos de execução com operacionalidades diferentes, cada um com determinadas peculiaridades, devendo portanto ser respeitado o que precentua o edital.

Não fosse assim o edital deveria ser amplo ou seja "quantidades aproximadas de serviços tipo a, ou b, ou c, etc . . ." mas não é, é específico:

As normas e Leis existente para serem cumpridas.

Segundo o brocado latino *verba cum effectum sunt accipienda*, a lei não encerra termos inúteis. Literalmente: "*Devem-se compreender as palavras como tendo alguma eficácia*".

Segundo CARLOS MAXIMILIANO:

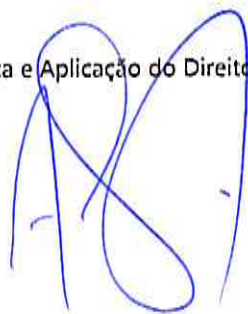
As expressões do Direito interpretam-se de modo que não resultem frases sem significação real, vocábulos supérfluos, ociosos, inúteis.

Pode uma palavra ter mais de um sentido e ser apurado o adaptável à espécie por meio do exame do contexto ou por outro processo. Porém a verdade é que sempre se deve atribuir a cada uma a sua razão de ser, o seu papel, o seu significado, a sua contribuição para precisar o alcance da regra positiva. Este conceito tanto se aplica ao Direito escrito, como os atos jurídicos em geral, sobretudo aos contratos, que são lei entre as partes.

Dá-se valor a todos os vocábulos e, principalmente, a todas as frases, para achar o verdadeiro sentido de um texto; porque este deve ser entendido de modo que tenham efeito todas as suas provisões, nenhuma parte resulte inoperativa ou supérflua, nula ou sem significação alguma.¹

Referido brocardo não se aplica somente à lei no seu sentido estrito, mas também a todo ato jurídico, aí incluídas as normas administrativas, contratos, decretos, editais, de forma que este nada mais é que a própria lei da Licitação.

¹ MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito, 7ª ed., São Paulo, 1961, p. 311



Convém ressaltar que esse procedimento de apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por entidade pública ou privada acompanhada da Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA não é nenhuma novidade para a Empresa **PAULO MACHADO ENGENHARIA LTDA EM CONSORCIO COM COSATEL CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA.**, tanto que estas apresentaram Atestados de Capacidade Técnica acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT para algumas obras que pretenderam utilizar como comprovação da capacidade técnica da empresa, mas não para todas. Assim, conforme exigência Editalícia, a documentação está incompleta, ensejando assim sua **Inabilitação**.

Se em uma via pública, com velocidade monitorada por meios eletrônicos (radar) o limite de velocidade for 30 km/h, e alguém passar com velocidade de 35 km/h este vai ser multado!

Ora, sendo assim se não respeitamos o estabelecido no edital, julgando que a "falta" observada é de pouca relevância devemos entender que não deveria ser "aquele" que estava a 35 km/h multado!

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL QUE DEVE NORTEAR A DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA INABILITAÇÃO DA EMPRESA PAULO MACHADO ENGENHARIA LTDA POR FALTA DA APRESENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA NO EDITAL E DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA COMERCIAL POR ESTABELECE O PAGAMENTO DE SALÁRIOS MENOR QUE O PISO SALARIAL DA CATEGORIA DE OPERÁRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

A legislação vigente, que rege esta licitação, é taxativa quanto estabelece que o julgamento deve observar entre outros, o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, e do julgamento objetivo (ver Decreto 18251 de 26/09/2013, Artigo 5º, Artigo 16, inciso III e V, Artigo 17 §1º inciso I, e Artigo 58).

É imperioso citar o prof. Marçal Justen Filho:



Av. Calama, Nº 1118 – Bairro Olaria – Sala 105
CEP. 76.801-308- Fone (69) 3224-4845 Fax (69) 3224-4813,
Porto Velho/RO - escala@escalaenge.com.br

"O direito de licitar, ainda que abstrato, não é absoluto. É um direito condicionado, também na acepção definida pela doutrina processualista. O direito de licitar se subordina ao preenchimento de certas exigências, previstas na lei e no ato convocatório. Essas exigências se referem quer à pessoa do licitante quer à proposta por ele formulada. A Lei e o ato convocatório estabelecem certos requisitos como indispensáveis para a disputa. A esses requisitos podemos denominar de condições do direito de licitar." ²

Com relação às limitações impostas à Comissão de Licitação, em comentário ao artigo 41 da Lei 8.666/93, que guarda o mesmo sentido do Decreto em questão, o já mencionado mestre menciona:

"O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública." ³

² (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 11ª. ed., São Paulo: Dialética, 2004, p. 298).

³ Ob citada, p. 298).



Ainda sobre o tema é importante lembrar a contribuição do ilustre professor Hely Lopes Meirelles:

“(...) a vinculação ao Edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no Edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado.” (Direito Administrativo Brasileiro, Ed. Revista dos Tribunais).

O Tribunal de Contas da União em seu Manual de Licitações e Contratos – Orientações Básicas, 3ª. Edição, ratifica esse pensamento:

“O licitante que deixar de fornecer, no envelope de habilitação, quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no ato convocatório, ou com irregularidades, será considerado inabilitado.”

O edital ao estabelecer no item 11.6.4 que deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito publico ou privado..... **de forma clara e precisa na forma do sub item 14.1.1.1 do Termo de Referencia**, e o Termo de Referencia indica que os atestados de rede de distribuição de água e ligações domiciliares apresentados devem atingir no mínimo determinados quantitativos (20.425,00m de tubos PVC PBA JE DN 50 à 100 mm, 8.983,00 mm de tubos em PVC DEFOFO JE DN 150 a 300 mm, e 1.000 ligações domiciliares);

Estes quantitativos não são atingidos nos Atestados de Capacidade Técnica Operacional apresentados pela empresa Paulo Machado Engenharia Ltda. em consorcio com Cosatel construções , Saneamento e Energia Ltda.



Ao habilitar a empresa Paulo Machado Engenharia Ltda, a comissão de licitação fere o princípio legal aqui mencionado, preceito da legislação vigente; deve portanto ser reformada a decisão que habilita a empresa Paulo Machado Engenharia Ltda.

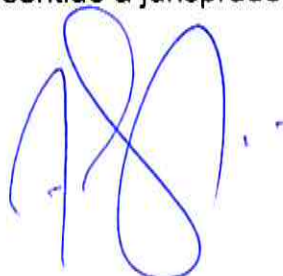
O que se vê, Senhor Presidente, é que a **PAULO MACHADO ENGENHARIA LTDA EM CONSORCIO COM COSATEL CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA.** não carrou aos autos documentos suficientes para comprovar a aptidão para a realização da obra objeto da licitação, na medida em que não apresentou documento necessário a tanto, **exigidos em lei e repetidos pelo Edital.**

Ou seja, a decisão da Comissão, além de ameaçar a segurança jurídica, trata-se também de uma questão de segurança técnica, na medida em que a apresentação apenas da Certidão de Acerto Técnico, não garante que a Licitante reúna as condições exigidas para a execução dos serviços, colocando em risco a segurança e qualidade da obra, em flagrante prejuízo ao patrimônio público.

Ademais, qualquer alteração vai de encontro, não só ao princípio da vinculação ao ato convocatório, mas também ao princípio da igualdade que deve nortear toda licitação e até mesmo ao princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei, na medida em que o artigo 5º da Constituição da República, segundo quem, ***“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade (...).”***

Isto porque, em termos práticos, a decisão recorrida teima em tratar de maneira desigual os licitantes, posto que exigiu da Recorrente o Atestado de Capacidade Técnica (que o apresentou, na forma do edital), dispensando-o da **PAULO MACHADO ENGENHARIA LTDA. EM CONSORCIO COM COSATEL CONSTRUÇÕES SANEAMENTO E ENERGIA LTDA.** na medida em que, mesmo sem a apresentação do referido documento, acabou por habilitar a dita empresa.

No mesmo sentido a jurisprudência do E. TJ-MG:



“MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – EXIGÊNCIA EDITALÍCIA – VINCULAÇÃO – SEGURANÇA DENEGADA.

O edital, como instrumento convocatório não pode, de forma alguma, ser descumprido. Às suas normas e condições encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimentos dos demais que a cumpriram atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência.”⁴

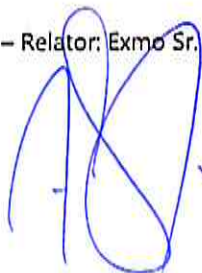
A legislação trabalhista, que deve ser observada e cumprida por toda empresa que emprega mão de obra, proíbe o pagamento de salário menor que o piso da categoria.

O preço final proposto pela empresa Paulo Machado Engenharia Ltda./ Cosatel consstruções Saneamento e Energia Ltda. foi composto utilizando valor da mão de obra menor que o estabelecido para a categoria de trabalhadores da construção civil em Porto Velho-RO, tal procedimento fere a legislação vigente devendo por tanto ser desclassificada a proposta comercial da empresa Paulo Machado Engenharia Ltda.

4. DOS PEDIDOS.

Por todo o exposto, considerando que o edital em tela está vinculado à legislação vigente, e ainda que o julgamento da habilitação da empresa interessada deve

⁴ (Apelação Cível Nº 000.299.821-9/00 – Relator: Exmo Sr. Des. Geraldo Augusto).”

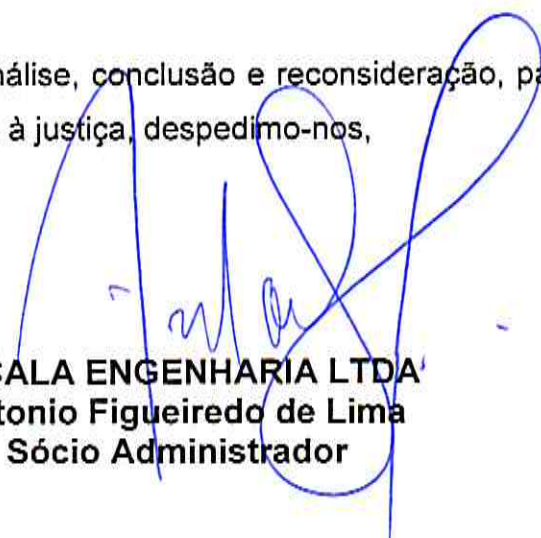


estar vinculado ao edital, vimos respeitosamente à vossa presença solicitar a reconsideração do primeiro julgamento divulgado por esta Douta Comissão, **PARA DECLARAR INABILITADA A EMPRESA PAULO MACHADO ENGENHARIA LTDA** em consorcio com COSATEL CONSTRUÇÕES SANEAMENTO E ENERGIA LTDA. PELO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 11 SUB ITEM 11.6.4 DO EDITAL E DECLARAR DESCLASSIFICADA A SUA PROPOSTA COMERCIAL POR TER SIDO ELABORADA COM PARÂMETROS QUE CONTRARIAM A LEGISLAÇÃO VIGENTE-(utilizou mão de obra com remuneração menor que o piso salarial da categoria) ou, acaso entenda por manter a decisão, que seja o presente recurso submetido à apreciação da autoridade superior competente, na forma do § 6º do art. 45 da Lei 12462-2011.

Tal pleito, fazemos, por convicção de ser medida da mais lúdima e cristalina justiça.

Certos de vossa análise, conclusão e reconsideração, para que desta forma não seja necessário recorrermos à justiça, despedimo-nos,

Cordialmente,



ESCALA ENGENHARIA LTDA
Antonio Figueiredo de Lima
Sócio Administrador